

A Comissão dos Atingidos pela Mineração e a Luta de Resistência à Expansão da Mineração de Bauxita (e a Favor da Agricultura Familiar) na Zona da Mata de Minas Gerais¹

Franklin Daniel Rothman²

Introdução

Em 2003, cinco municípios da Zona da Mata, no sudeste do Estado de Minas Gerais, ficaram sabendo de um plano externo de desenvolvimento industrial para a região, uma proposta de mineração de bauxita, e que, sem consultar à população, 95 concessões foram aprovadas. Mais recentemente, descobriram que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que é parte do poderoso Grupo Votorantim, já possui a Licença de Instalação para iniciar atividades de mineração numa área de 75.000 hectares da Mata Atlântica e terra de pequenos agricultores (AMIGOS 2006:3). Essa ameaça da expansão das mineradoras de bauxita acontece numa região de concentração e ampliação de projetos de barragens hidrelétricas.

Em reação, em 2004, um grupo composto do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Muriaé, o CTA-ZM, a ONG ambiental Sociedade Amigos de Iracambi, de Rosário de Limeira e o advogado do NACAB – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, criaram a Comissão dos Atingidos pela Mineração³. Esse grupo conta com o apoio, também, do Movimento dos Atingidos por Barragens e da ONG CEIFAR (Centro de Estudos Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata).

Porque esses acontecimentos me chamaram atenção? Há quinze anos eu estudo os impactos sociais e ambientais de barragens no Brasil e movimentos regionais de resistência, sendo que há dez anos minhas pesquisas e atividades de extensão afins, bem

¹ Trabalho apresentado ao II Seminário Nacional “Movimentos Sociais, participação e democracia”, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, SC.

² Ph.D. em Sociologia, Professor Associado do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, e-mail: frothman@ufv.br.

³ Tomei conhecimento da Comissão no primeiro semestre de 2006 mediante a apresentação de trabalho de pesquisa em andamento da estudante norte-americana Jéssica Lane Harper, como estudante especial da disciplina de Sociologia de Desenvolvimento que ministrei no Curso de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. A estudante vem realizando um estágio na ONG ambientalista Iracambi, localizada no município de Rosário de Limeira, na Zona da Mata de Minas Gerais, como exigência de pesquisa de campo do curso de Mestrado do *School for International Training*, de Brattleboro, Vermont, EUA.

como atividades de extensão que envolvem a agricultura familiar, focalizam a região da Zona da Mata e da microbacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais. A formação da Comissão dos Atingidos pela Mineração e as ações relacionadas, apontam um movimento social emergente que tem potencial de somar com os esforços do Movimento dos Atingidos por Barragens e do movimento de agricultura alternativa (em prol da agricultura familiar e agroecologia), combinando lutas “imediatas” dos atingidos com a luta mais abrangente do projeto de um modelo de desenvolvimento alternativo.

Este trabalho de pesquisa em andamento visa identificar e analisar as estratégias institucionais e não-institucionais da Comissão dentro de um cenário político-institucional complexo de, por um lado, novas articulações entre Estado e sociedade – o Território da Serra do Brigadeiro – e, por outro, os conflitos socioambientais referente ao construção de barragens hidrelétricas, em que as conquistas de participação cidadã tem esbarrado nas limitações estruturais e procedimentais do processo de licenciamento ambiental no Governo do Estado de Minas Gerais⁴.

Além de examinar essas relações da Comissão com o Estado, mediante as relações com FEAM-COPAM e as audiências públicas, outro objetivo da pesquisa é analisar a formação e atuação da Comissão de Atingidos pela Mineração como novo tipo de coletivo em rede. Ainda pretende-se estudar as articulações feitas e as tensões existentes entre as ONGs e os movimentos sociais que participam da Comissão, onde alguns atores propõem a convivência da agricultura familiar com a mineração, com um modelo consensual de nova comissão tripartite com representantes da sociedade civil, do poder público e de mineração; enquanto outros vêem o confronto entre dois projetos distintos de apropriação dos recursos naturais e dois modelos distintos de desenvolvimento da região.

⁴ Esta pesquisa é a primeira do novo Grupo de Pesquisa (a ser cadastrado no CNPq), do qual sou Coordenador. Este grupo de pesquisa, que reúne uma diversidade de pesquisadores e técnicos com formação nas ciências agrárias, ambientais e sociais, pretende desenvolver e realizar projetos de pesquisa que focalizam a análise das seguintes dimensões desses conflitos sócio-ambientais: os distintos projetos, interesses e formas de apropriação e uso material e simbólico; as distintas formas de territorialidade; os impactos sócio-ambientais e culturais dos grandes projetos; as possíveis violações dos direitos humanos das populações locais afetadas; as formas de mobilização e organização coletiva em resistência aos grandes projetos; e as propostas e experiências alternativas de apropriação da terra e dos recursos hídricos.

Para a fase inicial desta pesquisa (e como subsídios para o presente trabalho), as fontes principais de informação têm sido trabalhos de pesquisa desenvolvidas na região por uma pesquisadora norteamericana e uma brasileira, que convidei, em 1996 para participar, enquanto “estudantes especiais”, em minha disciplina Sociologia de Desenvolvimento, no Curso de Mestrado em Extensão Rural, da UFV; relatórios da ONG Sociedade de Amigos de Iracambi, as Notas Taquigráficas de uma Audiência Pública de uma Comissão da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e contatos informais com ativistas (que também são ex-alunos e/ou orientados) participantes da Comissão dos Atingidos pela Mineração. Para futuras pesquisas, pretendo acompanhar as ações mais de perto mediante observação participante, assistindo, periodicamente, reuniões a convite da própria Comissão.

Para entender essa nova problemática na Zona da Mata mineira, achei um caminho que, no início da década de 90, orientou minha pesquisa de doutoramento sobre o movimento dos atingidos por barragens no sul do Brasil: o trabalho de ALVAREZ and ESCOBAR (1992) que enfatizou a importância do diálogo entre abordagens de movimentos sociais na América do Norte e Europa, por um lado, e América Latina, por outro; e a importância de entender tanto o **por que** quanto o **como** da emergência dos movimentos sociais na América Latina.

Referencial Teórico

Conflitos Socioambientais

Acsehrad aponta a natureza desses conflitos sócio-ambientais:

“... a categoria do “meio ambiente” não pode ser vista apenas como objeto de cooperação mas também de contestação e conflito... o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados... A água dos rios pode ter distintos usos: pode ser meio de subsistência de pescadores ribeirinhos ou instrumento da produção de energia barata para firmas eletrointensivas. Trata-se de um espaço comum de recursos, sim. Só que exposto a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico. A causa ambiental, portanto, ... é ... atravessado por conflitos sociais... Os conflitos ambientais ocorrem, assim, quando há um desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade, região ou país: a continuidade de um tipo de ocupação do território vê-se ameaçada pela

maneira como outras atividades, espacialmente conexas, são desenvolvidas.”

A abordagem de Acselrad, Zhouri e colaboradores (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA 2005) sobre conflitos sócio-ambientais explica o **por quê** dos conflitos sobre projetos das hidrelétricas, apesar das recomendações do Relatório da Comissão Mundial de Barragens, que visava atenuar esses conflitos. Esse trabalho mostra os limites da participação institucional no contexto dos problemas estruturais e procedimentais do sistema institucional de licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais. Desde sua instituição na década de 1980 do Século XX, licenciamento ambiental é um dos principais instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente que “não somente deveria garantir o cumprimento de legislação e das normas em vigor, como também possibilitar a participação da sociedade civil nas decisões, sobretudo através da Audiência Pública Obrigatória” (Idem p. 3). No entanto, vários autores têm chamado atenção para os problemas e as limitações desse instrumento, em particular dos estudos e relatórios de impacto ambiental e das Audiências Públicas⁵ e de ameaças de a privatização do Setor Elétrico em levar ao retrocesso nas conquistas no processo de tomada de decisões pela sociedade civil⁶.

O trabalho de ZHOURI e colaboradores (2005) traz uma contribuição importante para esse debate, uma vez que enfoca os “problemas estruturais e procedimentais do licenciamento ambiental, com ênfase nos conflitos socioambientais decorrentes de uma concepção hegemônica de desenvolvimento e da oligarquização do campo ambiental” (p.1) Esses autores analisam como esses problemas “resultam no controle territorial por uma pequena elite econômica e política da sociedade, em detrimento de uma diversidade de formas de se conceber e utilizar o meio ambiente, representados por segmentos sociais distintos e não hegemônicos” (p.9).

Na análise dos problemas político-estruturais do licenciamento em Minas Gerais, os autores enfocam o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais – COPAM. Eles contestam a imagem pública do COPAM como espaço democrático e participativo, “instância de negociações e do estabelecimento de pactos entre

⁵ Por exemplo, ver ROTHMAN (2001,2002), REZENDE (2003), LEMOS (1999).

⁶ Por exemplo, ver ROTHMAN (2001, 2002).

concepções e interesses distintos acerca da apropriação dos recursos naturais (p. 10)” e como “espaço de construção de um consenso entre os distintos atores e segmentos sociais envolvidos no conflito socioambiental” (p. 11).

Na análise dos problemas político-procedimentais, os autores apontam que, sob o “paradigma da adequação”, os consultores contratados para a elaboração dos EIA/RIMA – financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que concluem pela viabilidade ambiental dos projetos. Os autores apontam, ainda, contradições entre diretrizes da Lei de Política Nacional de Meio Ambiente e a prática no conteúdo do EIA/RIMA e no acesso do público às informações. Essa Lei reza que o EIA/RIMA deve contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto e analisar os impactos ambientais do projeto e de suas alternativas. No entanto, em geral o público só irá ter oficialmente conhecimento sobre o projeto após a elaboração dos planos técnicos e dos EIA/RIMAS, durante a Audiência Pública (p.24).

Se, por um lado, os conceitos de conflitos ambientais e campo ambiental, de Acsehrad e Zhouri explicam os problemas estruturais e procedimentais nos conflitos sobre as hidrelétricas, as abordagens teóricas sobre mobilização política (*political process*) podem complementar essas análises no entendimento de **como** os processos de resistência, mobilização e emergência e consolidação de movimentos sociais e a interação desses com aliados e adversários – públicos e privados – acontecem.

ROTHMAN tem apontado que pesquisadores que representam diferentes tradições teóricas têm enfatizado a importância de três conjuntos de fatores em movimentos sociais: estruturas de mobilização, processos de *framing* e estruturas de oportunidades políticas (McCADAM, McCARTHY and ZALD, 1996).

Os trabalhos de Rothman têm mostrado que, no contexto de determinadas condições, lutas (campanhas) locais de resistência aos projetos de barragem, envolvendo um repertório de táticas – institucionais e não-institucionais – podem se integrar em movimento social, regional e nacional e, até transnacional.

Os trabalhos de Rothman e REZENDE (2003) têm mostrado que, em Minas Gerais, o processo de licenciamento ambiental de barragens, em particular audiências públicas, tem sido a arena principal de enfrentamento entre grupos de pessoas atingidos e seus aliados, por um lado, e empresas privadas proponentes de barragens, por outro. Nessa arena de conflito, algumas campanhas locais têm usado estratégias envolvendo

ora denúncias públicas ou ações diretas de pressão política (por exemplo, manifestações públicas ou ocupações de locais estratégicas), ora processos institucionais de participação e negociação, para conquistar indenizações mais justas ou terras para reassentamento, enquanto outras têm conseguido a desistência da empresa ou o indeferimento do projeto pelo órgão ambiental (embora essas vitórias parciais possam ser revertidas por novos projetos dos empreendedores, os quais criam novos momentos do conflito ambiental).

Na literatura norteamericana, a abordagem de mobilização de recursos, da década de 70, tem sido superada pelas abordagens mais abrangentes de mobilização política (*political process*) e políticas de contestação (*contentious politics*). Um dos teóricos mais importantes nessa linha de pesquisa é o norteamericano, SIDNEY TARROW (1998). Uma das principais contribuições de Tarrow é sua formulação e aplicação do conceito de estrutura de oportunidades políticas⁷. No entanto, se por um lado Tarrow enfatiza a importância de oportunidades políticas, principalmente na emergência de movimentos sociais, ele considera estruturas de mobilização e de *frames* como fundamentais, principalmente no processo de consolidação, e nas possibilidades de sucesso, dos movimentos.

Dentro de sua discussão de estruturas de mobilização, Tarrow destaca o papel de redes sociais e coletivas em rede. Segundo Tarrow, movimentos sociais “... são como uma rede interligada de pequenos grupos, redes sociais, e as conexões entre eles... as conexões entre eles influenciam a probabilidade que as ações de um deles vai estimular outro” (1998:23).

Já tem uma linha de pesquisa com abordagens sobre redes de pesquisadores de movimentos sociais na América do Norte e Europa (DIANI and McADAM 2003). Segundo DIANI (2003:2,3) enfatizou a importância de os estudos analisarem como as redes afetam, tanto a participação individual quanto as dinâmicas inter-organizacionais. Diani comenta que “As vezes, relações entre grupos e organizações são tão frequentes que, para determinado movimento social pode-se pensar em ‘estrutura de aliança’ e ‘estrutura de oposição’...Sempre a diferença entre coalizões puras, orientadas por princípios instrumentais (Lemieux 1997) e uma rede de movimento social é o papel de

⁷ Ver, por exemplo, a discussão desse conceito em GOHN (1997).

identidade tendo papel chave na definição de limites...É a definição de identidade compartilhada que caracteriza uma rede de movimento social vis-a-vis uma rede de coalizão, e define seus limites” (DIANI 2003:10).

No Brasil, Ilse Scherer-Warren é uma das principais pesquisadoras na aplicação das abordagens teóricas sobre redes sociais às análises de redes de movimentos sociais e coletivas em rede. Em sua discussão sobre novos formatos de organização da sociedade civil, (SCHERER-WARREN 2006:3) a autora aponta “as formas de articulação inter-organizacionais, dentre as quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais da ONGs, e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando as organizações e movimento do associativismo local”. E aponta como resultado de um processo amplo

“articulatório vai se constituindo o que denominamos, enquanto conceito teórico, de *rede de movimento social*. Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações...”(idem:4).

“Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado...ou setorizado...ou, ainda, os movimentos sociais de base locais ... percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento sócio entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil”(idem:5)

No mesmo texto, em sua discussão sobre a distribuição de poder nos movimentos sociais em rede, a autora comenta que:

“As redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento. Portanto, o que interessa é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos...” (idem:4-5).

Por sua vez, “Coletivo em rede refere-se a conexões em uma primeira instancia comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta...” (SCHERER-WARREN 2005:55); “... os coletivos em redes poderão ser formas solidárísticas ou estratégicas de instrumentalização das redes de movimentos... em forma presencial...” (idem:56).

Segundo Castells, SCHERER-WARREN cita como “dimensões definidoras de um movimento social identidade, adversário e projeto” (p.7); e cita, como “...a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade”.

Nesta versão preliminar do caso do movimento de resistência à expansão das mineradoras na Zona da Mata de Minas Gerais, estamos iniciando um diálogo entre essas correntes teóricas para melhor entender os principais fatores na emergência do movimento e fazer reflexões sobre as dinâmicas inter-organizacionais da sociedade civil e entre este e o Estado que possam influenciar o alcance dos objetivos do movimento.

A Expansão das Mineradoras e a Ameaça à Agricultura Familiar na Região

Segundo a ONG Iracambi:

“Em novembro de 2003, Iracambi descobriu, por acaso, que uma companhia de mineração, a Rio Pomba Empresa de Mineração, estava buscando uma licença para a extração de bauxita na ...divisa oeste de Iracambi...num período de 78 anos... Pesquisando a requisição da Empresa...Iracambi descobriu que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que é parte do Grupo Votorantin, uma das maiores e mais poderosas companhias do Brasil, já possui a segunda das três licenças iniciais requeridas pra o início das atividades de mineração numa área de 75 mil hectares com numerosos depósitos de bauxita...Em termos de alumínio estes depósitos produzirão mais de 1 bilhão de dólares.

Saiu na imprensa de Minas Gerais em junho de 2004 que o Governador do Estado, acompanhando o Presidente do Brasil numa visita a China, assinou um acordo para um projeto de EU \$1.3 bilhões para a construção de facilidades par o processamento de alumínio na Zona da Mata...

...As concessões da CBA incluem ... todas as Áreas de Proteção Ambiental no lado leste do Parque Serra do Brigadeiro, localizadas diretamente nas divisas do Parque. Todo esse processo de licenciamento foi levado em completo segredo, sem consulta ao público...” (AMIGOS 2006:3).

Segundo Fernandes e Fiúza (2006),

“Após um intenso processo de mobilização social, em 1986 foi criado o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, com uma área de apenas 13200 há, torno do qual encontram-se os municípios que compõe o Território da Serra do Brigadeiro”. “Em 2003, atores sociais que atuavam na promoção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável na região, formularam e obtiveram aprovação...a inclusão da Serra do Brigadeiro no Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais – PRONAT...”. “O Território da Serra do Brigadeiro, constituído por nove municípios...compreende... região [que] abriga o último remanescente de Mata Atlântica da Zona da Mata, onde se abrigam espécies da fauna e da flora ameaçados de extinção, além de um grande contingente de agricultores/as familiares...O Território da Serra do Brigadeiro construiu de forma ascendente e participativa seu instrumento de gestão – o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, que funciona como organizador do processo de articulação e implementação de ações com vistas à transformação do quadro sócio-econômico, produtivo, cultural e ambiental da região...” (FERNANDES e FIUZA, 2006:1).

Contextualizando esse processo de forma mais abrangente, as autoras dizem que:

“Atualmente estão em disputa na região, dois projetos antagônicos de desenvolvimento, um de cunho economicista ligado aos grandes eixos de exportação e superávit primário do governo federal e outro com um viés econômico e forte conotação sócio-ambiental, construído pelos diferentes atores sociais da região. O primeiro propõe a instalação de empresas mineradoras de bauxita em área com predominância de agricultores/as familiares e no entorno de uma Unidade de Conservação da Mata Atlântica. O segundo propõe a construção dialógica de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário com base conservacionista, através do fortalecimento da agricultura de base familiar, da recuperação e conservação ambiental, do turismo comunitário, da agroindústria familiar e do artesanato e por fim do resgate e valorização da cultura...” (idem:2).

A Sociedade Civil e a Busca de Modelo Alternativo de Desenvolvimento na Zona da Mata.

CTA/ZM foi criado em 1987, com apoio da ONG AS-PTA, com sede no Rio de Janeiro. Na atualidade, a rede PTA constitui um dos atores sociais coletivos mais importantes da sociedade civil no movimento da agricultura alternativa que busca o desenvolvimento rural sustentável e novo modelo paradigmático de agricultura baseado nos princípios e práticas da agroecologia. Desde o final da década de 80, em parceria com sindicatos de trabalhadores rurais e um grupo de pesquisadores da UFV, CTA-ZM tem contribuído muito para a organização e fortalecimento das organizações e associações de agricultores familiares e nas experiências com sistemas agroflorestais e

nas práticas de agroecologia, usando metodologias participativas (Diagnóstico Rural Participativo).

Nas décadas de 80 e 90 o principal “adversário” do CTA e da Rede PTA era o modelo produtivista de agricultura, baseado na Revolução Verde, com uso de insumos e defensivos químicos e a Rede vem trabalhando no movimento de agricultura alternativa para contribuir para a transição agroecológica. Na primeira década do novo milênio, além desse “adversário”, surge outro: as mineradoras de bauxita, cuja expansão ameaça os avanços e até trazer retrocesso, na construção desse processo. Para contestar esse ator coletivo muito forte em termos econômicos e políticos, as articulações com outros atores da sociedade civil que compartilhavam valores e projetos semelhantes era estrategicamente fundamental.

Quais foram as circunstâncias temporais e espaciais que facilitaram a aproximação do NACAB e MAB ao CTA e seus parceiros, os STRs e a organização regional sindical? Desde meados da década de 90, um projeto de extensão da UFV, em parceria com CPT e segmento progressivo da Arquidiocese de Mariana da igreja católica, presta assessoria ao número crescente de comunidades atingidas pelos projetos de construção de barragens hidrelétricas de consórcios de empresas privadas. A assessoria dessas entidades e apoio crescente do MAB nacional na década de 2000, contribuíram ao surgimento e consolidação do Movimento Regional dos Atingidos por Barragens no Alto Rio Doce e Zona da Mata de Minas Gerais. Em 2002, pesquisadores universitários ligados ao projeto de extensão e outros ativistas fundaram o NACAB, para fortalecer a assessoria às comunidades atingidas nas ações de resistência, negociação e construção de projetos de desenvolvimento rural sustentável como alternativas às barragens.

O advogado que representa NACAB na Comissão dos Atingidos pelas Mineradoras participou no projeto de extensão da UFV, como estudante de graduação e pós-graduação de 1997 a 2003 e foi fundador do NACAB, em 2002, e integrou a equipe regional do Mandato do Dep. Federal César Medeiros, no período 2003 a 2006, como assessor para assuntos ambientais.

Outro elo na construção das articulações da Comissão dos Atingidos pelas Mineradoras é a CPT. Em meados da década de 90, um agente da CPT-MG iniciou a assessoria as comunidades atingidas por barragens na ZM, junto com a equipe de

professores e estudantes do projeto de extensão da UFV. A partir de 1997, outra agente da CPT tem dado continuidade no trabalho de assessoria.

MAB regional, por sua vez, com apoio crescente, na década de 2000, do MAB Nacional, segue uma estratégia de combinar as lutas “imediatas” das comunidade atingidas pelos projetos de barragem, com a luta pela construção de projeto alternativo de sociedade. Isto envolve, além de ênfase na formação de lideranças comunitárias, a ampliação das articulações.

Resultados Preliminares e Análise

O trabalho de HARPER (2006) aponta algumas realizações importantes da Comissão no período relativamente curto de sua existência, de 2004 a 2006, ou seja, especificando alguns problemas provocados pelas mineradoras; estratégias adotadas pela Comissão para buscar solucionar esses problemas; e alguns sucessos. Está evidente aqui a dimensão estratégica de redes, comentada por SCHERER-WARREN (2005:42).

Além disso, um sucesso adicional importante, mais recente, na estratégia institucional, foi resultado da estratégia de pressionar a FEAM para ser mais rigorosa no processo de licenciamento. Como resultado, em outubro de 2005 a FEAM parou o processo de licenciamento até as comunidades fossem ouvidas; isso ocorreu com a realização (com apoio de alguns deputados da Assembléia Legislativa), nos dias 7 a 9 de novembro de 2006, de três reuniões públicas sobre os empreendimentos minerários de bauxita.

A participação da audiência pública de 26 de agosto de 2005 foi um marco importante para a Comissão de Resistência e outros elos da rede. A identificação dos participantes que usaram a palavra é indicador da representatividade da participação, distribuído entre os principais entidades representadas na Comissão e seus aliados: o representante da Comissão, técnico do CTA; um representante de entidade sindical de trabalhadores rurais; um estudante do Curso de Engenharia Florestal, da UFV, integrante do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens; vice presidente do Conselho Consultivo do Parque da Serra do Brigadeiro; representante da CPT; pessoa que citou exemplos dos projetos das barragens hidrelétricas na região Presidenta da ONG Sociedade Amigos de Iracambi; um Deputado Federal, que tem acompanhado os conflitos gerados pelos projetos hidrelétricas; representante da

comunidade indígena Puri; e várias pessoas atingidas pela mineração,⁸ - incluindo uma diversidade de homens, mulheres, idosos, pequenos agricultores, trabalhadora rural. A representação e o uso da palavra dessa diversidade de pessoas atingidas é consistente com a prática das ONGs CTA-ZM, CPT, MAB e sindicatos de trabalhadores rurais e um sinal que, na atuação como rede, a Comissão possa evitar ou minimizar um dos problemas enfrentados pelas redes, a omissão da base social que, frequentemente, é o elo mais fraco. Outra indicação disso é a programação, para dia 3 de março de 2007, de uma Assembléia Popular sobre a problemática da expansão da mineração.

Além da representatividade, os depoimentos foram indicativos de natureza de luta tanto ambiental, quanto social, tanto imediato, na resistência à desterritorialização das famílias atingidas quanto parte de projeto de modelo alternativo de desenvolvimento compartilhado pelos movimentos rurais articulados.

Vários depoimentos criticaram a atuação das empresas e da FEAM na região – a Presidente da Sociedade de Amigos de Iracambi declarou que a CBA [Companhia Brasileira de Alumínio] está nesta região há quase 20 anos, mas o público nunca foi consultado sobre a mineração (ASSEMBLEIA, p. 62). O estudante da UFV fez a denúncia que “...o processo de licenciamento instalado com o EIA-RIMA é para referendar o processo somente. A empresa já decidiu (Idem, p. 54). O representante da comunidade indígena puri declarou:

“...a mineradora buscará bauxita onde estão enterrados os nossos mortos. Muitos corpos estão enterrados nos lugares em que as escavadeiras trabalharão... Para o índio, as matas são sagradas. O Parque da Serra do Brigadeiro é um lugar sagrado para nós. É onde está enterrado o nosso passado” (Idem, p. 60).

O representante do CTA e da Comissão dos Atingidos pela Mineração fez o depoimento mais detalhado, destacando a ameaça da expansão das mineradoras à Mata Atlântica e pleiteou a oportunidade, por meio de audiências como essa para discutir com as empresas, a FEAM e a sociedade um modelo alternativa para a região com base na agricultura familiar diversificada. O Deputado Federal César Medeiros declarou que “há oito anos estamos acompanhando os processos de construção de usinas na região. E

⁸ Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 1.^a Reunião Conjunta da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da 3.^a Sessão Legislativa Ordinária da 15.^a Legislatura, 26/8/2005. Notas Taquigráficas, 95 p.

quando o povo não organiza e não dispõe da informação necessária, os conflitos tendem aumentar” (p. 43). Ele solicitou a FEAM “...que todas as comunidades atingidas tenham cópia das condicionantes”, fazendo referência às condicionantes às aprovações, pelo COPAM de diversos processos de licenciamento ambiental dos projetos das mineradoras.

O Deputado César Medeiros⁹ é um aliado importante do movimento emergente e, de certa maneira, um elo forte na rede, sendo um dos líderes da Frente Parlamentar que defende direitos ambientais e sociais de populações atingidas por barragens, pequenos agricultores familiares e outros grupos vulneráveis.

Considerações Finais

De forma semelhante dos processos, no MAB, em que os ativistas e pesquisadores de uma região têm se apropriado das experiências e do repertório de táticas de ativistas e pesquisadores de outras regiões nas ações que contribuem para a emergência e consolidação dos movimentos regionais dos atingidos por barragens; e das articulações entre os movimentos sociais rurais nos fóruns e na formalização da Via Campesina em Minas Gerais, em 2003, a Comissão dos Atingidos pela Mineração pode se apropriar, da participação do MAB e entidades de apoio ao MAB, e as experiências sobre as possibilidades e limitações da estratégia institucional de licenciamento ambiental, conforme analisados nos trabalhos de Zhouri e colaboradores, Rothman e Rezende (citados acima) e outros.

A experiência em Minas Gerais desde 1996 do MAB e as entidades de apoio, mostram que o Estado não é monolítico. A estrutura de oportunidades políticas nesse período, inicialmente, facilitou mobilização e participação cidadã no poder executivo mediante o processo de licenciamento ambiental; porém, mais recentemente, esse espaço institucional foi fechando. Por outro lado, a participação dos atingidos pela mineração na Audiência Pública em agosto de 2005 mostra que o poder legislativo do Estado de Minas Gerais continua oferecer um espaço institucional para denúncias contra violações de direitos e para reivindicações de populações excluídas em termos sociais, econômicas e políticas.

⁹ O Dep. César Medeiros, quando estudante da UFV, foi meu orientado como bolsista de iniciação científica e no Mestrado em Extensão Rural; e integrante do Projeto de Assessoria das Comunidades Atingidas por Barragens. Ele não foi reeleito, em 2006, apesar do fato que teve quase o dobro dos votos em relação à eleição anterior.

Além do mais, a articulação do elo forte da rede representada na Comissão – CTA-ZM com o MAB – tem uma dimensão estratégica¹⁰, acrescentando mais um ator coletivo forte à rede.

Enquanto, por um lado, uma das ONGs importantes na Comissão tenha acenado, em relatórios e em meios informais, preferência para a estratégia institucional, por outro, a maioria dos membros da Comissão acredita que será necessário dar prioridade às ações não-institucionais, como mobilização política, organização e resistência, frente a grande desigualdade de poder entre os atores políticos. Um objeto de análise em futuras pesquisas será a natureza das estratégias adotadas pela Comissão, tendo em vista a tensão sempre existente nos movimentos sociais e redes de movimentos, entre focalizar as ações na participação institucional ou dar mais ênfase, sempre que julgado conveniente, às pressões de fora; e verificar até que ponto essas estratégias são eficazes no contexto da estrutura de oportunidade política e das limitações estruturais e procedimentais identificadas por ZHOURI e colaboradores (2005) no caso dos processos de licenciamento ambiental dos projetos de construção de barragens.

Referencias Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. (2005). Apresentação. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros, (organizadores), **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte e São Paulo: Autêntica Editora.
- ALVAREZ, Sonia E. and ESCOBAR, Arturo, eds. (1992). **The making of social movements in Latin América**. Boulder: Westview Press.
- AMIGOS DE IRACAMBI (2006). Considerações sobre mineração de bauxita no entorno da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Rosário de Limeira: Amigos de Iracambi, Janeiro de 2006, 21 p. (atualizado em 02/08/2006). Disponível pelo e-mail iracambi@iracambi.com.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2006). 1.^a Reunião Conjunta da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da 3.^a Sessão Legislativa Ordinária da 15.^a Legislatura, 26/8/2005. 94 p.
- DIANI, Mario (2003). Introduction: Social movements, contentious actions and social networks: 'From metaphor to substance'? In: **Social movements and networks**.

¹⁰ Ver SCHERER-WARREN (2005), p. 42

- Relational approaches to collective action.** Oxford and New York: Oxford University Press.
- DIANI, Mario and McADAM, Doug, eds. (2003). **Social movements and networks. Relational approaches to collective action.** Oxford and New York: Oxford University Press.
- FERNANDES, Maria Luiza Dias e FIUZA, Ana Louise de Carvalho (2006). Territórios rurais: uma abordagem par o desenvolvimento. Processos de construção social e implantação do Território da Serra do Brigadeiro – Minas Gerais. Trabalho não-publicado elaborado como parte das exigências do Curso de Mestrado em Extensão Rural. Viçosa: UFV. 12 p.
- GOHN, Maria da Glória (1997). **Teorias de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola.
- HARPER, Jéssica Lane (2006). Buscando sustentabilidade no desenvolvimento industrial: a mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, MG. 24 p. (trabalho da disciplina Sociologia do Desenvolvimento, do Curso de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa).
- LEMONS, Chelen Fischer (1999). **Audiências públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé.** Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 236 p. Dissertação de Mestrado.
- McADAM, Doug. et al. (1996), **Comparative perspectives in social movements. Political opportunities, mobilizing structures and cultural framings.** Cambridge, Cambridge University Press.
- McADAM, Doug, McCARTHY, John and ZALD, Meyer (1996). Introduction: Opportunities, mobilizing structures and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: McADAM, Doug, McCARTHY, John and ZALD, Meyer (1996). **Comparative perspectives in social movements. Political opportunities, mobilizing structures and cultural framings.** Cambridge, Cambridge University Press.
- REZENDE, Leonardo Pereira (2003). **Participação e estruturas de oportunidades políticas no licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas: um estudo comparativo dos caso da UHE Cachoeira da Providencia e UHE Fumaça – MG.** Viçosa: Imprensa Universitária, 220 p. (Dissertação de Mestrado).
- ROTHMAN, Franklin D. (2001) A comparative study of dam-resistance campaigns and environmental policy in Brazil. **Journal of environment and development – a review of international policy** 10 (4): 317 – 344.
- _____. (2002), “Política ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo de caso”. **Raízes – revista de ciências sociais e econômicas.** 21 (01): 45 – 52.
- SCHERER-WARREN (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, jan/abr, 109-130.

- SCHERER-WARREN, Ilse (2005). Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Cristina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da, orgs. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 29-50.
- TARROW, Sidney (1998). **Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Mass Politics in the Modern State**. Segunda edição. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PAIVA, Ângela (2005) “Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais”. ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros, (organizadores), **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte e São Paulo: Autêntica Editora, p. 89-116.